

# Integrar desintegrando: as metamorfoses no mundo do trabalho feminino, na agroindústria

Claudia Mazzei Nogueira\*

## **Resumo:**

A autora aborda as transformações ocorridas no setor agroindustrial nas pequenas propriedades rurais, localizadas no Oeste Catarinense, inseridas no sistema de integração da *BrasilFoods*, vinculadas à avicultura familiar. A maior inserção das mulheres na produção, ao contrário de uma igualdade na divisão sócio-sexual do trabalho, acentuou a desigualdade ao mesmo tempo em que aprofundou a precarização do trabalho feminino.

**Palavras-chave:** Sistema de integração. Trabalho feminino. Precarização. Emancipação.

## **Alguns dados sobre o trabalho feminino**

Se a participação masculina no mundo do trabalho aumentou muito pouco, após os anos de 1970, para as mulheres houve um crescimento contínuo. Mas, cabe lembrar que esse crescimento ocorre mais no espaço dos sub-empregos, onde a precarização encontra-se mais acentuada.

O relatório da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), de março de 2010, intitulado “As mulheres no mercado de trabalho: medir os progressos e identificar os desafios”, diz que mesmo depois de mais de uma década da *Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres*, em Beijing, onde ficou definido a adoção de uma plataforma ambiciosa para uma ação global para a igualdade de gênero e autonomia das mulheres, a discriminação entre homens e mulheres continuou profundamente enraizada na sociedade e a igualdade entre homens e mulheres, principalmente

---

\* Professora da UFSC; autora dos livros *A feminização no mundo do trabalho* (Campinas: Autores Associados, 2004) e *O Trabalho Duplicado* (São Paulo: Expressão Popular, 2006); pesquisadora, com Bolsa Produtividade, do CNPq.

End. eletrônico: mazzeinogueira@uol.com.br

no âmbito do trabalho, ainda está longe de ser uma realidade em qualquer canto do mundo (OIT, 2010). Segundo o relatório, todas as regiões, com exceção de duas – Europa Central e Sudeste da Europa (não UE) e países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e Ásia Oriental – registraram aumentos na taxa de atividade do trabalho feminino. Os maiores aumentos foram na América Latina e no Caribe. Porém, “em quase todas as regiões a taxa de crescimento tem diminuído nos últimos anos. Os maiores aumentos no número de mulheres economicamente ativas ocorreram nos anos 80 e início dos anos 90” (idem).

O documento diz que a taxa de atividade da força de trabalho feminina aumentou de 50,2 para 51,7 % entre 1980 e 2008, enquanto a taxa de atividade da força de trabalho masculina caiu de 82,0 para 77,7 % (idem, ibidem).

Esses dados são os mesmos na região metropolitana de São Paulo. A pesquisa feita pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), intitulada “Trabalho e desigualdades de gênero”, realizada na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e divulgada em 04/03/2010, indica que a taxa de desemprego feminino caiu pelo sexto ano consecutivo em 2009, para 16,2%, frente os 16,5% em 2008. Entre os homens, houve elevação de 10,7% para 11,6% no período (Seade, 2010).

No entanto, nesta mesma pesquisa, no que tange à diferença salarial entre homens e mulheres foi divulgado que, apesar do rendimento médio real por hora das mulheres ocupadas ter crescido 3,0% em 2009 (para R\$ 6,17), esse valor equivale a apenas 79,8% do que ganham os homens na Grande São Paulo, embora seja um nível maior que os 76,5% de 2008. A remuneração masculina caiu 1,4% no ano passado. Mulheres com nível superior ainda ganham 30% menos que os homens (Idem).

As metamorfoses no mundo do trabalho, dentre as quais se destaca a sua *feminização*, deveriam contribuir no avanço do difícil processo de “emancipação” feminina, minimizando as formas de dominação<sup>1</sup> patriarcal no espaço doméstico. Mas o que vem ocorrendo é justamente o contrário, essas transformações estão agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora. Esse agravamento é consequência da maneira como o capital incorpora o trabalho feminino, cujas características, tais como a polivalência e a multiatividade, são decorrentes das suas atividades no espaço reprodutivo, o que as tornam mais apropriadas às novas formas de exploração pelo capital produtivo.

---

<sup>1</sup> Utilizamos a categoria *emancipação* sempre no sentido de *emancipação universal*, sendo possível somente após a completa superação do capital.

Trata-se, portanto, de um *movimento contraditório*, uma vez que a emancipação parcial, uma consequência do ingresso do trabalho feminino no universo produtivo, tão fortemente destacada por Engels (1977), é alterada de modo significativo, por uma *feminização* do trabalho que implica simultaneamente uma *precarização social* e um maior grau de exploração do trabalho. Por exemplo, no mundo produtivo urbano contemporâneo, um dos setores que mais absorve a força de trabalho feminina é o de serviços. Este permite evidenciar que frequentemente esta força de trabalho tem como característica as atribuições mais precárias, sendo responsáveis, em boa parte dos casos, pelas tarefas mais monótonas, repetitivas e estressantes, do trabalho *part-time*, etc. Isso só é possível porque as mulheres encontram-se diretamente articuladas às relações de poder presentes na histórica afirmação de que o trabalho feminino tem menos valor que o masculino, em virtude prioritariamente de suas especificidades “naturais” de mãe e esposa (Nogueira, 2006: 191).

Além disso, existe a conotação de que o trabalho e o salário feminino são complementares no que tange às necessidades de subsistência familiar. Embora saibamos que hoje, para algumas famílias, essa premissa não é mais verdadeira, pois o valor “complementar” do salário feminino (que muitas vezes é o fundamental para o provimento) é frequentemente imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar, especialmente no universo das classes trabalhadoras (Hirata, 1999: 08).

### **Um pouco do cenário do trabalho feminino rural (ou na agroindústria)**

Outro significativo exemplo refere-se ao trabalho feminino no setor rural, prioritariamente em relação à agroindústria. Atualmente, estamos pesquisando<sup>2</sup> a divisão sócio-sexual do trabalho nas pequenas propriedades rurais, localizadas no Oeste Catarinense, inseridas no sistema de integração da BrasilFoods<sup>3</sup>, vinculadas à avicultura familiar. Trata-se de um “esquema normativo de parceria entre o pequeno produtor rural e a empresa, na qual o primeiro produz para a indústria e esta se compromete com o fornecimento de assistência técnica e de insumos para a produção (animais novos, vacinas, ração e outros)” (Reche, 2008).

Essa parceria é baseada na utilização de força de trabalho familiar, em pequenas extensões de terra e propriedades diversificadas. Ao pequeno produtor

---

<sup>2</sup> Pesquisa com apoio de Bolsa Pós-doutorado e Bolsa Produtividade, ambas do CNPq.

<sup>3</sup> A empresa *Brasil Foods* é o resultado da fusão, ocorrida em 2009, entre a Sadia S/A e a Perdigão S/A, tornando-a uma das maiores produtoras e exportadoras mundiais de carne de frango, com exportação para mais de 100 países.

e à sua família cabe a função de acompanhar o avanço tecnológico da empresa para atingir o “padrão de aceite do produto pela indústria para exportação”, ou seja, a idéia básica do sistema de integração é que as agroindústrias forneçam toda a tecnologia aos pequenos produtores, que possuem a tarefa de engordar os animais (idem). No caso do frango, as indústrias fornecem os pintinhos com padrão genético definido, ração especial, remédios e assistência técnica, enquanto os integrados cuidam das aves até a hora do abate. Assim, a indústria não necessita gerar os espaços de criação e de produção da matéria-prima, mas conserva um monopólio de exploração e de controle sobre os trabalhadores familiares (idem).

Com a parceria concretizada, a atividade dos pequenos produtores familiares torna-se relativamente assemelhada à produção fabril. Sobretudo na avicultura, central para a integração, identificamos que o papel do produtor limita-se a engordar o “pintainho” recém-nascido – que não é seu – até se transformar em frango. O trabalho no “sistema de integração” pode tanto preservar uma modalidade típica de produção familiar, quanto basear-se numa forma específica de subordinação desse trabalho ao capital, de que é exemplo o salário “por peça” (Marx, 1988), claramente distinto da atividade laborativa típica da pequena propriedade.

Segundo Marx,

O salário por peça nada mais é que uma forma metamorfoseada do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma metamorfoseada do valor ou preço da força de trabalho. O trabalho por peça parece, à primeira vista, como se o valor de uso vendido pelo trabalhador não fosse função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto, como se o preço desse trabalho, não fosse determinado, como o do salário por tempo, pela fração do valor diário da força de trabalho dividido pela jornada de trabalho de dado número de horas, mas pela capacidade de produção do produtor (1988: 133).

E complementa,

Como qualidade e intensidade do trabalho são controladas aqui pela própria forma do salário, esta torna grande parte da supervisão do trabalho supérflua. Ela constitui, por isso, a base tanto do moderno trabalho domiciliar anteriormente descrito como de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão (idem: 135).

Trata-se de “uma nova forma” de organizar a produção, “onde atividades que não se caracterizam como processo-fim da empresa deixam de fazer parte de sua estrutura interna”, como é o caso dos pintainhos engordados pelos integrados. Este processo é “funcional ao capital, uma vez que transforma custos fixos em

variáveis”, delegando a responsabilidade aos pequenos avicultores familiares, trabalho esse agora remunerado por “peça”, por cada frango. Doenças nos galináceos, absenteísmo, ociosidade, custos trabalhistas deixam de ser preocupações da empresa. (Jesus, 2010: 35). Representam uma economia muito significativa nos custos, levando a um aumento na acumulação de capital para a agroindústria.

Já para os pequenos proprietários familiares rurais essa organização do trabalho apresenta-se na sua forma aparente, trazendo uma ilusão de liberdade e de autonomia, levando-os a acreditar na possibilidade de igualdade.

O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente como um cidadão, que trabalha no seu próprio local de produção (e às vezes de moradia), sem ninguém mais para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono do seu próprio negócio. Sente-se proprietário e igualmente livre, porque é ele que organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração de sua jornada de trabalho. E mais: na condição de vendedor do “trabalho objetivado”, sente-se um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos empregadores (Teixeira, 1996: 72 *in* Jesus, 2010 : 36).

Os pequenos avicultores familiares encontram-se excluídos dos direitos trabalhistas, “fisicamente distanciados do controle e da exploração direta – trabalhadores proprietários”, que se pensam livres e parceiros das agroindústrias, possuem na sua “auto-exploração”, na “exploração” de sua família e de outros trabalhadores, uma clara fonte de produção de valor. Trata-se de um resgate de “formas antigas de produção e exploração”, inseridas nos novos processos produtivos, tornando-se “funcionais ao capital”. (Jesus, 2010: 35-36).

Cabe explicitar que a família camponesa organiza-se de forma cooperativa e coletiva. Tudo é partilhado, ficando bem definida uma hierarquia familiar. Para “os pequenos produtores rurais, neste caso avicultores, a família é o espaço onde são efetivadas três dimensões fundamentais de suas vidas”: “a socialização”, “a econômica” e “a política”. Por conseguinte, e nos apoiando em Lusa (2008: 75; 76; 99), “é possível esboçar uma divisão de tarefas para os homens e as mulheres camponeses/avicultores entrevistados” em nossa pesquisa. “Os homens são os chefes de família e os ‘primeiros’ proprietários dos bens familiares”. “Com pouca exceção, são eles que comandam e decidem o tipo de atividades a serem desenvolvidas na propriedade, o trabalho a ser desempenhado pelos membros, a administração financeira dos recursos, a decisão de novos investimentos” (...), “as tarefas destinadas à geração de renda, entre elas o cultivo dos campos, inclusive no corte, a preservação das matas, a construção de cercas, as relações comerciais de vendas de produtos, compra de insumos, maquinários, a aquisição de bens ou financiamentos, etc”. As mulheres, por sua vez, “são acima de tudo

“mães”, mulheres atenciosas, disponíveis e tendem a ser menos repressoras que os homens”. (...). “É neste espaço que a mulher realiza as tarefas destinadas à reprodução familiar, como os cuidados com a casa, com a comida, com a educação dos filhos, com o cultivo da horta e cuidados com o jardim, as pequenas criações de gado, aves e suínos, etc”. (Lusa, 2008: 99). A elas cabe igualmente a atenção “ao vestuário, desde a compra até a lavagem; além da limpeza e organização da casa”, como podemos constatar na fala da entrevistada abaixo<sup>4</sup> (Lusa, 2008: 75; 76 e 99):

Às 6:00 tem que levantá, daí arruma as meninas pra ir pra aula, depois às 6:30h eles vão pra aula e eu já vô pra estrebaria, [...] depois vou pro aviário, até [...] terminar. De repente entro pra dentro às vezes 11:30h ou 12h, né? Não tem hora. Aí faz o almoço, almoça, limpa a casa, ajeita um pouco aí e quando vê é 13:30h, 14h [...]. Daí toma umas cuias de novo e depois voltâmo pro aviário (Mulher, Família 6).

Este depoimento indica como a divisão sexual do trabalho pode ser facilmente observada no cerne da organização do trabalho (Hirata *et alli*, 2000; Maruani, 2000 e 2002), expressando-se através das tarefas femininas vinculadas ao espaço da reprodução, deixando clara a presença de uma acentuada “hierarquia de comando e responsabilidade”, que em geral fica à cargo do homem. (Lusa, 2008: 95)

“A divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, pois se transforma e se reestrutura de acordo com os interesses da sociedade da qual faz parte em um determinado período”. Por conseguinte, a divisão sexual do trabalho torna-se um processo dinâmico que expressa e reforça a perpetuação da subordinação das mulheres que na sociedade capitalista tem como objetivo central a acumulação de capital, como o exemplo acima reforça. Na família dos pequenos produtores rurais, esta divisão “é permeada também pela tradicional e cultural dominação masculina”, só que de forma mais intensa que na maioria das famílias urbanas, resultando em “uma desigualdade” mais acentuada, “tanto nas relações de trabalho quanto nas relações” familiares. A divisão sexual do trabalho nas pequenas propriedades familiares rurais apóia-se, em grande medida, na dominação presente na hierarquia familiar, como por exemplo, as relações de herança e propriedade, os arranjos matrimoniais, etc, indicando que este segmento rural também está muito distante da igualdade substantiva de gênero. (Nogueira, 2009: 24 e Lusa, 2008: 98)

---

<sup>4</sup> Todas as entrevistas que se seguem foram realizadas por Mailiz Lusa, integrante de nosso projeto de pesquisa. Ver também Lusa (2008).

Segundo Lusa (2008),

A assimilação pelas mulheres de sua subordinação no mundo sexualmente organizado, faz-lhes naturalizar tal situação, absorvendo toda sorte de comandos como se eles fizessem parte da organização da própria vida, seja ela familiar, laboral, social, econômica, política e até mesmo cultural. (...) Ocorre assim que as coisas acabam sendo naturalizadas, tomadas como modelos de normalidades na vida das pessoas. É desta forma que o corriqueiro adentra na consciência dos indivíduos e faz com que os hábitos e costumes se cimentem no imaginário de homens e mulheres, tornando-se algo intransponível. É neste processo que se solidificam os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho (...). (*idem*, 107)

Cabe lembrar que nesta pequena propriedade rural a abrangência do espaço doméstico conforma-se diferentemente da propriedade urbana, uma vez que no campo, “a casa não se limita à sua estrutura física, amplia-se para os arredores do quintal, para a horta onde são cultivadas as miudezas; para a estrebaria onde são cuidados terneiros e bois e ordenhadas as vacas; para os chiqueiros e galinheiros, na alimentação dos porcos e galinhas; para o pomar e o jardim” (*idem, ibidem*).

A manutenção da desigual divisão sexual do trabalho e as relações de opressão do homem sobre a mulher são propícias à lógica capitalista, dentre as quais se destaca a garantia da reprodução social pela mulher e seu ingresso no espaço produtivo.

Esta situação, embora pareça remeter-se somente ao trabalho urbano<sup>5</sup>, também pode ser observada no meio rural. No que se refere à divisão sexual do trabalho no sistema integrado da *BrasilFoods*, tanto os trabalhadores como as trabalhadoras indicaram que houve intensa mudança após a reestruturação produtiva, principalmente em relação ao aumento da exigência de “Atenção Direta”<sup>6</sup>, “aumento do padrão tecnológico”, “diminuição da lucratividade” e “aumento dos custos de produção”. “Seguidos por: aumento das exigências de qualidade e produtividade”, “aumento do trabalho – quantidade e intensidade e diminuição do tempo médio de alojamento” dos frangos. Vejamos os depoimentos de uma trabalhadora e um trabalhador de duas das famílias avicultoras integradas (Lusa, 2008: 47):

---

<sup>5</sup> Ver Nogueira (2004; 2006).

<sup>6</sup> Atenção Direta é o tempo necessário dispensado para o cuidado com o aviário. Quanto menor for a implantação e o padrão de equipamentos tecnológicos no aviário, maior é o dispêndio de tempo no manejo das aves. (Lusa, 2008: 47).

Mudanças? Ihhh! [...] teve mudanças sim, só que cada vez a gente ganha menos. Eles exigem cada vez mais da gente, e o ganho é cada vez menos. E daí no começo, eles pagavam o tanto que dava o lote, mas agora depois dessas reuniões que fizeram, então eles comunicaram que iam pagar uma taxa mínima de 3mil garantida para todo avicultor, mas em troca, eles iam começar a descontar todos os defeitos que os frangos tivessem. O resultado foi que começou aparecer desconto pra tudo, só pra não chegar a 3mil nunca. Então eles dizem que dá: de calo de pata, calo de bico, arranhaduras velhas, celulite nos frangos e outras mais. Aí sempre tem aquela história, eles não perdem nada, né? No começo os dois ganhavam mais, hoje nós ganhamos cada vez menos e eles estão exigindo cada vez mais de nós. [...] Também teve modificação de trabalho e de equipamentos, porque eles dizem que é pra exportação e que são os compradores lá de fora que exigem. Então vem o técnico aí, pede e tu tem que fazer, eles te pressionam: ‘ou você faz ou nós fechamos’. E os investimentos também são sempre mais [...] é sempre alto. Outra coisa é que hoje eles sempre te deixam na dívida que é pra você nunca sair fora de produzir pra eles, porque acaba que nós somos empregados da [empresa] simplesmente porque eles te amarram com financiamento que é pra você não poder sair (Mulher - Família 04).

Por que o lado bom, a agroindústria colhe só pro lado deles [...] porque pra nós o produto da nossa atividade que é a remuneração pelo lote de frangos produzido [...] essa é bem menor. Eles nunca deixam, assim, pro integrado receber uma porcentagem melhor caso a venda esteja boa. Se der bom o produto, não modifica o preço, ou seja, não tem remuneração melhor pra nós, agora se cair [...], ou se tu entregar um produto de péssima qualidade, sabendo que não é culpa nossa [...], ihhh, daí sim é descontado em cima do avicultor. Não tem, eles só escolhem o lado bom pra eles e o lado ruim jogam em cima do avicultor. E as cobranças são muitas, muitas, aqui (Homem - Família 03).

No que tange à chamada “Atenção Direta”, é mais acentuada e precária nas pequenas propriedades avicultoras familiares, pois a intensificação no cuidado manual com as aves atinge aquelas propriedades com menos capacidade de empregar equipamentos com alta tecnologia. Além disso, há a dificuldade de dispor de tempo livre para a aprendizagem do manuseio das máquinas que estão em constante modificação. (Lusa, 2008: 48; 50 e 143)

Estes trabalhadores para se manterem no “sistema integrado”, segundo Lusa (2008), passam a “se inserir de forma ‘obrigatória’ no quadro de utilização de inovações tecnológicas, o que teoricamente” poderia ser positivo, pois “diminuiria a quantidade e intensidade da força de trabalho empregada para o desenvolvimento das atividades”. Porém, “na prática, é compensada negativamente pelo surgimento de outras atividades necessárias ao manejo como, por exemplo, o



surgimento da “casca” que é um dos efeitos das inovações alimentares”. O relato da avicultora abaixo, permite-nos compreender o que é a “casca” e o que esta representa em relação às exigências de manejo” (Lusa, 2008: 48):

É a parte molhada, o resíduo úmido de urina, de fezes, ou de outro tipo de umidade [...] que fica no meio da cama. Assim, tinha no meio do Nipple<sup>7</sup>, perto da água e nos lados também, porque no causo aqui de casa era molhado por tudo[...] era um molhamento só. Que nem agora nós baixamos o terreno[...] que depois eu vou te mostra lá, [...] tâmo tentando fazer alguma coisa pra ver se termina com esta umidade. Sei lá era uma umidade que entrava, meu Deus! Quanta casca a gente tirava [...] ficava o dia inteiro trabalhando com isso, especialmente no inverno, nós saía de lá só umas cinco horas da tarde, daí tinha que levá embora as bolsas [...] e depois ia tirá leite e entrava dentro de casa umas 20 horas da noite. Era assim, todo dia quase (Mulher - Família 05).

O depoimento de outra das mulheres pertencentes à família de um pequeno avicultor, vinculado ao sistema de integração, revela uma das suas obrigações diárias de trabalho, após as novas alterações exigidas pela *BrasilFoods*, no cuidado com o aviário:

Tem que levantá a noite. Eu levanto umas 3 ou 4 vezes a noite, isso é garantido. E como tem que levantar, eu já não tenho sono [...], mas nem que eu tivesse, não ia adiantá, tem que ir fazer fogo o mesmo, né? Você passa de dia e de noite sempre em ação, porque daí de dia tu puxa lenha e arruma tudo e de noite tem que levantar umas 3 vezes pra fazer fogo, aí se põe o relógio pra despertar que é pra garantir, porque das vezes posso dormir, né? [Pesquisadora: cada vez que a senhora levanta quanto tempo demora?] Ah! eu levo uma meia hora. Porque daí eu ponho a lenha nas campânulas, aí eu vou mexer eles, vou ponhá ração nos tubolar, arrumar os guardanapos nas bandejas e no fim se tiver ração no chão, porque eles esparramam na maravalha, aí até que tu limpa tudo... demora! E geralmente eu vou sozinha, porque eu não chamo eles, porque uma pessoa passando sono chega, né? Então eu vou trabalho e deixo tudo limpo. Depois preciso mais uma meia hora ou 40 minuto também, porque daí até se lavar e pegar no sono de novo, [...] daí o relógio já tá despertando de novo (Mulher - Família 17).

Estes depoimentos expressam uma acentuada desigualdade na divisão sócio-sexual do trabalho, o que significa que as relações sociais capitalistas acabam legitimando uma “natural” submissão das mulheres aos homens. O peso imposto pelo “sistema do capital” sobre as mulheres, para que haja a manutenção das

---

<sup>7</sup> “Tipo de bebedouro para frangos, utilizado nos aviários atualmente conforme indicação da Agroindústria”. (Lusa, 2008:48).

especificidades “naturais”, e a situação delas no espaço do trabalho assalariado são profundamente injustos. Ao invés de se verem aliviadas, como pretenderia a retórica da oportunidade de direitos iguais para as mulheres e da eliminação de qualquer discriminação de gênero, o que elas presenciam de fato é, ainda, uma acentuada precarização da sua força de trabalho (Mészáros, 2002: 302-303).

O capitalismo, ao mesmo tempo em que cria condições para a “emancipação” feminina, reforça a sua exploração ao estabelecer uma relação aparentemente “harmônica” entre precarização e mulher, criando formas diferenciadas de extração do trabalho excedente. Quando se toma o trabalho em seu sentido mais profundo, percebe-se que este possibilita um salto efetivo no longo processo da “emancipação” feminina. E, na medida em que a mulher torna-se assalariada, tem também a possibilidade de lutar pela conquista da sua “emancipação”, pois se torna parte integrante do conjunto da classe trabalhadora. O depoimento abaixo ilustra bem essa realidade.

(...) depois ele ia para a lavoura e eu tomava conta em casa. O que tinha que fazer no aviário, eu fazia. No chiqueiro, eu fazia. Até eu comento com as gurias na sala de aula que eu inseminava porca, desmamava leitão, castrava leitão, fazia tudo, sabe? Tem gente que não acredita. Agora eu comento com elas que eu vacino porco, que limpo chiqueiro, que eu seguro porco, daí elas não acreditam! [...] eu ajudava ele em tudo. Na lavoura quando precisava ajudar eu ajudava, dirigia trator e caminhão, que nós tinha na época. O que precisava fazer eu fazia. Também na parte administrativa. Que eu falo com várias pessoas e tem mulher que não sabe quanto dinheiro tem no banco, não sabe quanta dívida tem, quando vence os financiamento (...) a mulher não sabe. Eu era bem ao contrário, eu sabia tudo, porque era mais eu que controlava esta parte do que ele.

E complementa,

Eu sempre penso assim, que você tem que ir atrás e buscar coisas, que você nunca pode ficar parada, porque se você pensar: ‘Ah! Você é uma mulher, então você deveria parar, não deveria trabalhar tanto, poderia sossegar mais, (...) daí não dá! (...) Pra mim não serve essas conversas porque eu penso o contrário (Mulher - Família 02, 2008).

Enquanto a luta das mulheres estiver centrada na questão da *igualdade substantiva*, tanto no espaço da reprodução como na esfera da produção, seja no âmbito da produção rural ou urbana, o sistema do capital indiscutivelmente não poderá ser mais do que a perpetuação da *injustiça fundamental*, uma vez que a própria natureza do relacionamento entre capital, trabalho e reprodução “é a manifestação tangível da hierarquia estrutural insuperável e da desigualdade substantiva”, o que limita a conquista de sua “emancipação” (Mészáros, 2002: 306).

Por mais importante que seja a crítica da mulher trabalhadora, bem como a do trabalhador, à sociedade capitalista não deve ater-se somente à análise das relações de exploração e precarização existentes no mundo produtivo, mas deve compreender também toda a opressão presente na hierarquia patriarcal instituída no espaço da reprodução.

As indicações preliminares de nossa pesquisa sobre o trabalho feminino no sistema de integração da agroindústria, com sua rica e complexa articulação das categorias *trabalho* e *reprodução*, permite evidenciar o aspecto dialético da positividade e negatividade dessa dinâmica contraditória. A feminização no mundo do trabalho, tanto no segmento rural como no urbano, com certeza é positiva como mais um passo para sua “emancipação”, ainda que parcial, porém não reduziu significativamente a desigual divisão sexual do trabalho; ao contrário, vem reproduzindo e por vezes intensificando essa desigualdade, explicitando a dimensão negativa.

O trabalho doméstico sem “valorização monetária”, mesmo que fundamental para a reprodução e manutenção da força de trabalho em geral, continua reservado prioritariamente à mulher. De certa forma, essa situação se traduz em uma acentuada exploração feminina no mundo do trabalho e uma profunda opressão masculina sobre a mulher no espaço da reprodução. Em nosso caso estudado, o trabalho produtivo da mulher trabalhadora rural da avicultura, é subordinado ao mando masculino e frequentemente não-remunerado, pois o pagamento “por peça” acaba sendo recebido pelo homem, que na maioria das vezes é quem assina o contrato do sistema de integração.

### **Breves considerações finais**

Uma relação de *igualdade substantiva* no espaço reprodutivo, como no espaço produtivo, seja no campo ou na cidade, não é do interesse e tampouco faz parte da lógica do capital, que no máximo “permite” uma relação de igualdade apenas formal. Marx nos lembra que,

na relação com a *mulher* como a presa e a criada da luxúria comunitária está exprimida a degradação infinita em que o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão *inequívoca*, decidida, *manifesta*, desvelada, na relação do *homem* com a *mulher* e no modo como é tomada a relação *natural*, *imediate* do gênero (Marx, 1983: 166-167).

Isso evidencia, em grande medida, que o capital opõe-se ao processo de “emancipação” da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço *produtivo* como no *reprodutivo*, preservando em ambos os casos os mecanismos estruturais que

geram a subordinação da mulher.

Por esta razão, é possível afirmar que a articulação entre a esfera da produção e a esfera da reprodução ocorre baseada na lógica da divisão sócio-sexual do trabalho existente tanto no mundo assalariado como na família patriarcal. A importante categoria da divisão sexual do trabalho presente na esfera produtiva e reprodutiva, rural ou urbana, possibilita a articulação das duas dimensões que definem essa relação, o *trabalho* e a *reprodução*.

Na luta por uma divisão sócio-sexual do trabalho com mais igualdade, é necessário não apenas o combate à opressão masculina sobre a feminina, mas também, vislumbrar a superação da relação capital/trabalho. Isto porque, sob a lógica da expansão do sistema capitalista, o espaço produtivo absorve cada vez mais a força de trabalho feminina, confirmando a sua feminização. Esse é um movimento que exige muita atenção da luta das mulheres, pois ele não deve acontecer sem que se considere a questão da igualdade de direitos, eliminando do processo as desigualdades existentes entre homens e mulheres. A inserção acentuada da força de trabalho feminina ocorre, não pelo interesse do capital na “emancipação” da mulher, mas pela lógica de uma maior acumulação de valor.

Isso acontece, segundo Mészáros, “não apenas porque as mulheres têm de aceitar uma parcela desproporcional das ocupações mais inseguras, mais mal pagas” que existem no mundo do trabalho e “estejam na péssima situação de representar 70% dos pobres do mundo”, mas em virtude de seu papel decisivo na família patriarcal, porque “as exigências que são (e continuarão a ser) jogadas em cima das mulheres são cada vez mais difíceis de satisfazer no cenário social mais amplo, contribuindo para quaisquer ‘disfunções sociais’ associadas à crescente instabilidade da família” (Mészáros, 2002: 304-305).

Quanto mais profundas forem essas “disfunções sociais”, maior será o peso e as exigências impostas às mulheres como eixo dessa família; quanto mais acentuada for essa carga, além da sua exploração do trabalho no espaço produtivo, mais intensa fica a condição de opressão feminina no espaço reprodutivo patriarcal.

A crítica da sociedade capitalista não pode se limitar à análise da exploração e da precarização existentes no espaço produtivo, por mais importante que ela seja. A crítica deve abranger também os profundos e multifacetados aspectos negativos dessa lógica, dentre eles, a compreensão da opressão no espaço reprodutivo, aqui representado pela estrutura da família patriarcal que impõe uma desigual divisão do trabalho para a mulher.

Em suma, uma nova divisão sócio-sexual do trabalho é profundamente necessária. Mas, não é do interesse do capital uma metamorfose nesta divisão, principalmente se esta transformação for direcionada a uma igualdade substan-

tiva. Se, por um lado, o ingresso da mulher no mundo do trabalho é um avanço no seu processo emancipatório, **ainda que este seja parcial**, por outro, esse avanço encontra-se fortemente comprometido, na medida em que o capital vem incorporando cada vez mais o trabalho masculino e, em especial, o feminino, tanto nos estratos assalariados industriais e de serviços quanto na agroindústria, no sistema de integração, como apresentamos.

Lembrando Marx e Engels, em “Trabalho Assalariado e Capital”:

A força de trabalho é, pois, uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. Porque a vende ele? Para viver. Mas a força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. E é essa atividade vital que ele vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele, nem sequer considera o trabalho como parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida (Marx e Engels, s/d).

O ingresso da mulher no mundo do trabalho tem se efetivado nos espaços produtivos como o da agroindústria, em particular no sistema integrado, pela precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho, além da manutenção da dupla (às vezes tripla) jornada laboral. É neste movimento dialético que a mulher, ao se tornar trabalhadora “produtiva”, indica uma alteração positiva na divisão sócio-sexual do trabalho, **ainda que de modo limitado**, e explicita também a negatividade da sua *precarização*, **de modo intenso**. Não está sendo muito diferente na agroindústria e, em particular, na avicultura subordinada ao sistema integrado das grandes corporações. O Sistema Integrado, através da falácia própria da lógica capitalista, encoraja o pequeno produtor familiar a se “integrar” na “parceria”, acreditando ser a melhor saída para assegurar a venda de sua produção. Mas, na verdade, serve para aumentar a acumulação do capital das agroindústrias em “detrimento do valor pago ao pequeno Produtor”, que tende sempre a ser reduzido. (Lusa, 2008: 144). Ou seja, o Sistema Integrado é como o canto da sereia que integra desintegrando.

## Bibliografia

- ENGELS, Friedrich (1977). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HIRATA, Helena (2000). Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In : HIRATA, Helena *et alli*. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presses Universitaires de France.

- \_\_\_\_\_ (1999). *Flexibilidade, trabalho e gênero*. Santiago: GEDISST/CNRS. [mimeo].
- JESUS, Edivane de (2010). *O sistema de integração na produção de aves no oeste Catarinense: análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores*. Dissertação de mestrado, Serviços Social. Florianópolis: UFSC.
- LUSA, Mailiz Garibotti (2008). *Trabalho no Contexto Rural: quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste Catarinense*. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social. Florianópolis: UFSC.
- MARUANI, Margareth (2002). *Les mécomptes du chômage*. Paris: Bayard.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Travail et emploi des femmes*. Paris: La Découverte.
- MARX, Karl (1988). *O Capital*. Livro I, v.1, T.1-2. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (s/d). Trabalho assalariado e capital. In: *Obras Escolhidas*, vol. I. São Paulo: Alfa-Omega.
- MÉSZÁROS, Istivan (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- MITCHELL, Juliet (1977). *La condición de la mujer*. Barcelona: Anagrama.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei (2006). *O trabalho duplicado*. São Paulo: Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_ (2004). *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas: Autores Associados.
- OIT (2010). *Mais mulheres optam por trabalhar, mas igualdade de gênero no trabalho ainda está longe*. Disponível em: <[www.oitbrasil.org.br/content/mais-mulheres-optam-por-trabalhar-mas-igualdade-de-g%C3%AAnero-no-trabalho-ainda-est%C3%A1-longe](http://www.oitbrasil.org.br/content/mais-mulheres-optam-por-trabalhar-mas-igualdade-de-g%C3%AAnero-no-trabalho-ainda-est%C3%A1-longe)>.
- RECHE, Daniella (2008). A influência do capital agroindustrial na distribuição sócio-espacial urbana do município de Chapecó no sul do Brasil. *Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica*, Barcelona. Disponível em: <[www.ub.edu/geocrit/-xcol/257.htm](http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/257.htm)>.
- SEADE (2010). Trabalho e desigualdades de gênero na região metropolitana de São Paulo. *Mulher & Trabalho*, n. 21, São Paulo. Disponível em: <[www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/resumo\\_boletim\\_MuTrab21.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/boletins/resumo_boletim_MuTrab21.pdf)>.
- TEIXEIRA, Francisco José (1996). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.